

Data Venia



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com

Ditadura volta ao debate no STF



Ed Alves CB/DA Press

Depois de encerrado a discussão sobre atentados à democracia nos tempos atuais, o Supremo Tribunal Federal (STF) vai voltar ao passado para discutir os anos de chumbo. E o relator é o mesmo, o ministro Alexandre de Moraes. Quatro processos em que se discute se a Lei da Anistia alcança os crimes de sequestro, cárcere privado e ocultação de cadáver cometidos por razões políticas durante a ditadura militar serão incluídos em pauta presencial do plenário com repercussão geral. Moraes é relator de três processos sobre a matéria: recursos que tratam do desaparecimento do ex-deputado federal Rubens Paiva e do jornalista Mário Alves, e o que envolve o assassinato do militante Helber Goulart, da Ação Libertadora Nacional (ALN). Nos três casos, o Ministério Público Federal (MPF) questiona decisões do Superior

Tribunal de Justiça (STJ) e do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2), que entenderam que os crimes estavam abrangidos pela Lei da Anistia e encerraram as ações penais contra os acusados. Também será julgado o recurso, sob a relatoria do ministro Flávio Dino, em que se discute se a aplicação da Lei da Anistia abrange crimes de natureza permanente, ou seja, em que a ação se prolonga no tempo. O caso trata da ocultação de cadáver atribuída a dois agentes das Forças Armadas na Guerrilha do Araguaia. O ministro Flávio Dino já votou em sessão virtual e considerou que, em respeito à Constituição e às convenções internacionais, os crimes da ditadura militar cujas vítimas ainda estão desaparecidas continuam sendo cometidos até hoje.



Ação trabalhista do TCU resultou nos direitos de crédito cedidos à Reag

O Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo (Sindilegis) divulgou esclarecimentos sobre a ação judicial que levou à cessão dos direitos creditórios do escritório Ibaneis Advocacia e Consultoria ao Fundo Reag, que era ligado ao Banco Master. A ação coletiva foi ajuizada pelo Sindicato em 2006 com o propósito de assegurar aos servidores do TCU a incorporação das parcelas de quintos decorrentes do exercício de cargo ou função de confiança entre abril

de 1998 e setembro de 2001, além do pagamento dos valores retroativos. A Justiça julgou a ação procedente em todas as instâncias e o processo se encontra em fase de cumprimento de sentença, ainda sem expedição de precatório. O sindicato esclarece que não participou das negociações para a realização do contrato de cessão dos direitos, no valor de R\$ 38,1 milhões — de acordo com nota divulgada pelo escritório da família do governador Ibaneis Rocha, houve deságio de 73%. Ibaneis Advocacia recebeu R\$ 4 milhões e o escritório do advogado Engels Muniz ficou com R\$ 6,3 milhões.

Honorários de êxito

Segundo o Sindilegis, a negociação entre o escritório e o Reag está relacionada a honorários de êxito dos advogados responsáveis pela ação e correspondem a 10% do valor da causa — R\$ 368,1 milhões — conforme previsão contratual. “Esse tipo de cessão é um direito exclusivo do advogado ou escritório que possui honorários de êxito a receber podendo ser realizado em qualquer processo judicial em que há previsão contratual para o recebimento desses valores”, sustenta o Sindilegis.

“Os privilégios funcionais da magistratura existem como depósito da confiança pública e só se sustentam enquanto essa confiança existir”

**Ministro Edson Fachin,
presidente do Supremo Tribunal Federal (STF)**



Ed Alves CB/DA Press



Nova etapa do Enam

Estão abertas as inscrições para a quinta edição do Exame Nacional da Magistratura (Enam). A prova habilita bacharéis em direito a prestarem concursos públicos voltados ao ingresso na carreira da magistratura em todo o Brasil. As pessoas interessadas em

participar das provas devem se cadastrar até as 16h de 9 de abril, no site FGV Conhecimento, banca organizadora do exame. A aplicação da prova está prevista para 7 de junho, em todas as capitais brasileiras.

Nova direção do TRT da 10ª Região

Está marcada a posse da nova diretoria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região. Os novos dirigentes para o biênio 2026-2028 são o desembargador José Leone Cordeiro Leite que sucede o desembargador José Ribamar Oliveira Lima Júnior na presidência e o desembargador Dorival Borges de Souza Neto na vice-presidência. A solenidade de posse será em 23 de março, às 16h, na Sala de Sessões Desembargador Herácito Pena Júnior.



Kayo Magalhães/CB

Influentes

A advogada Rogéria Dotti, sócia e coordenadora dos Núcleos de Direito Civil e de Processo Civil da Dotti Advogados, conquistou importante reconhecimento nacional. Ela foi destacada no ranking Análise Advocacia Mulher 2026, que reúne as profissionais mais influentes da advocacia no país. Este é o quarto ano consecutivo em que Rogéria figura no levantamento.



Divulgação

Divulgação/Barreto Dolabella Advogados



Foco internacional

Com o objetivo de atender clientes em múltiplas jurisdições, o escritório Barreto Dolabella Advogados amplia sua atuação internacional com operação em Lisboa. No território português, a estrutura do escritório vai focar especialmente nas áreas tributária, empresarial, tecnológica e imobiliária para ofertar suporte estratégico nas operações transnacionais. Segundo Edvaldo Barreto, um dos sócios, a expansão representa o crescimento e o fortalecimento do escritório no atendimento de demandas internacionais.”